

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Raimundo Eugênio da Silva Filho;
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Raimundofilho263@gmail.com

Iarla Antunes de Matos Arrais;
Universidade Regional do Cariri (URCA)
iarlaantunesmarrais@outlook.com

Cicefran Souza de Carvalho;
Universidade Regional do Cariri (URCA)
cicefran.carvalho@urca.br

Samya de Oliveira Lima;
Universidade Regional do Cariri (URCA)
samyasol@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a inclusão social de alunos portadores de algum tipo de necessidades especiais nas aulas de matemática. Entre as intenções deste estudo está a finalidade de mostrar métodos e formas de proporcionar aprendizagem matemática aos estudantes que possuem necessidades especiais fazendo com que estes venham a compreender os conceitos matemáticos e, com isso, se sintam iguais e capazes tanto quanto seus colegas. A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica que foi realizada almejando identificar as teorias já publicadas por outros autores e que são utilizadas atualmente para atingir o objetivo citado anteriormente e que se faz presente neste trabalho. Espera-se que, a partir dos métodos de inclusão nas aulas de matemática presentes neste artigo, o mesmo sirva como uma contribuição no que diz respeito ao tema tratado e no que diz respeito a educação de pessoas com deficiência, pois é desejo de todos nós que este público seja tratado de forma igualitária e que recebam uma educação que possa transformar suas vidas, concedendo-lhes ferramentas para desempenhar suas funções sociais sem maiores problemas.

Palavras-chave: Inclusão, Matemática, Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, um dos temas que mais estão em evidência é a inclusão social, pois se torna cada vez mais imprescindível que os alunos com deficiências passem a ter um tratamento, por parte da sociedade, sem diferenças, sem preconceitos e que todos acreditem que estes são absolutamente capazes de atingir seus objetivos.

A inclusão, geralmente, é debatida com relação a muitos aspectos, mas, neste trabalho, dar-se-á ênfase ao aspecto educacional, mais especificamente no que diz respeito ao ensino de matemática voltado para os estudantes que possuem necessidades especiais, haja vista

que educar é uma ação que deve beneficiar todos que se dispõem à mesma e é aí que surge a importância da inclusão no âmbito escolar.

A integração das pessoas com necessidades especiais foi escolhida como tema devido a sua importância para que os estudantes detentores de tais características aprendam tanto quanto os demais e sejam tratados da mesma forma que os colegas.

A aprendizagem citada anteriormente, pode se realizar através da inclusão tendo em vista que, no momento que o professor promover a inserção por meio de uma metodologia adequada como, por exemplo, o uso de jogos, a percepção da relevância da matemática em suas vidas, o pensamento matemático e o raciocínio lógico desses estudantes irão se desenvolver como afirma Rita (2013, p. 13):

No convívio com os alunos, percebe-se que em muitos casos a Matemática é rejeitada e temida, e que muitos apresentam dificuldades e bloqueios em aprendê-la. Nesse caso, os jogos matemáticos podem ser empregados para despertar o aluno para a importância da Matemática em sua vida e, como estratégia e recurso, para resgatar de forma lúdica, aspectos do pensamento matemático. Os jogos ajudam na construção do pensamento lógico-matemático e espacial.

A educação é capaz de transformar a vida de qualquer pessoa, por isso, todos nós, em especial os profissionais dessa área, devem sempre buscar aperfeiçoamento e essa melhoria pode ser obtida quando pesquisamos e discutimos temas tão abrangentes quanto a inclusão social.

Este estudo tem como público alvo os estudantes com deficiências que, em muitos casos, sofrem algum tipo de exclusão ou não são tratados de forma igualitária. A intenção aqui contida consiste em apresentar meios e maneiras de incluir os discentes nas aulas de matemática, possibilitando assim uma melhor aprendizagem, fazendo com que, através de uma metodologia adequada e do uso de materiais como jogos, esses alunos compreendam efetivamente os conceitos matemáticos.

METODOLOGIA

A pesquisa feita para a realização desse trabalho foi inteiramente de cunho bibliográfico, onde buscou-se levar em consideração as opiniões divulgadas anteriormente por outros autores a respeito do tema em questão para que, dessa forma, um estudo bem fundamentado e igualmente consistente se formasse.

Entre os autores estudados está Kranz, que tem diversos trabalhos publicados na área de educação matemática, nos quais fala sobre o uso de jogos como auxiliares da aprendizagem e sobre educação inclusiva. Da autoria de Kranz, foi verificada a obra intitulada de “Matemática inclusiva: o desenho universal e os jogos com regras”. Esta obra apresenta um teor didático, onde relata sobre as necessidades especiais e como estas foram vistas historicamente, além da utilização de jogos matemáticos no ato da inclusão.

Outra autora estudada foi Kaleff que também atua na área de educação matemática atuando como pesquisadora em temas como o aluno com deficiência visual, o ensino de geometria, os materiais concretos e virtuais, geometria e formação de professores de matemática.

Mantoan, mais uma autora que teve seus trabalhos verificados para que este estudo se concretizasse, é pedagoga e especializada na área da educação no que diz respeito a pesquisa, docência e extensão, além de se dedicar ao direito à educação que todo estudante possui.

Está presente neste estudo a intenção de debater a inclusão social de forma qualitativa, apontando meios de aperfeiçoá-la e de torná-la mais presente e ativa nas aulas de matemática. Um exemplo dos referidos meios são as atividades coletivas como jogos, gincanas ou algo do tipo que exija a participação de todos e, dessa forma, acabe com qualquer tipo de exclusão.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Incluir, segundo o Dicionário Aurélio (2002, p.1082), é a mesma coisa que encerrar, pôr dentro de; fazer constar de; juntar (-se) a; inserir (-se), introduzir (-se). Inclusão é um dos mais importantes e comentados assuntos da educação atualmente por ter uma grande relevância devido à grande demanda de alunos com necessidades especiais que precisam de apoio no ingresso à escola. É um dos assuntos mais discutidos por todos os impasses ainda existentes; empecilhos estes que podem se resumir na falta de flexibilidade na didática e nos conhecimentos dos professores, bem como na dificuldade de se adaptar a lugares sem acessibilidade, entre outros.

Cotidianamente a educação vem evoluindo, por necessidade de acompanhar o crescimento global. Não se pode ficar usando os mesmos métodos tradicionais como os Jesuítas enquanto o mundo, em geral, se moderniza. Segundo Rodriguez, (2004, p. 18): um processo de transformação educativa que responde especialmente as demandas dos setores produtivos – preparar os sujeitos para o mundo do trabalho [...]. Portanto é necessário que a educação cresça

de acordo com a evolução humana para que exista uma sintonia entre ambos, pois, dessa forma, o desenvolvimento humano, isto é, a formação de pessoas críticas, com bons ideais, princípios e personalidades, de modo geral, será mais contundente.

A educação inclusiva é um tema muito discutido em congressos, entrevistas, salas de aulas, pois não é algo concreto, muito se é estudado sobre a educação especial para melhorias e avanços por isso estão em constante desenvolvimento.

Em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, por sua vez, assegurou os direitos e deveres da educação e de seus profissionais. A referida lei tem um capítulo dedicado somente a educação especial, onde determinou normas para que houvesse uma inclusão na escola.

Em dezembro de 1996 foi aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n.º 9.394/1996) sendo, até os dias atuais, a lei mais importante no tocante à educação que rege os mais variados assuntos relacionados a educação, tais assuntos podem ser do ensino infantil ao superior. A referida lei é também conhecida como lei Darcy Ribeiro que é uma homenagem a este que foi um educador político nacional de grande relevância

Segundo o capítulo V, da LDB (1996, p.25): O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. A educação de pessoas com necessidades especiais deixou de ser das escolas APAES - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Pestalozzis, entre outras e passa a ser obrigatória em todas as escolas, sejam elas públicas ou particulares.

Muitos são os impasses enfrentados para que haja uma educação inclusiva, um exemplo alarmante desses impasses é a falta de preparo dos professores, a dificuldade que os docentes enfrentam por não terem conhecimento sobre o tema e não buscarem se especializarem, não buscam porque não são incentivados e acabam se acostumando com o descaso. Como também a falta de estrutura é visível em quase todas as escolas públicas regulares. Rampas e corrimões são alguns dos acessórios que auxiliam o estudante com necessidades especiais, mas, em muitos casos, faltam nas instituições educacionais. O vilão de esses eventos acontecerem é o descaso dos órgãos públicos com essas dificuldades.

Referente à Base Nacional Curricular Comum-BNCC (resolução CNE/CP N° 2, 2017) e as modalidades da educação básica:

A Educação Especial na perspectiva inclusiva contempla a identificação e a eliminação das barreiras, principalmente as de acesso aos conhecimentos, deslocando o foco da condição de deficiência de estudantes para a organização e a promoção da

acessibilidade aos ambientes escolares (arquitetônica) e à comunicação (oral, escrita, sinalizada, digital), em todos os níveis, etapas e modalidades, visando a autonomia e a independência dos educandos. A educação especial integra a educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico para a garantia da oferta do AEE aos educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação [...]. (MEC, 2016, p. 36).

Portanto a BNCC assegura um Projeto Político Pedagógico (PPP) que oferta ambiente escolar acessível, educação inclusiva e dispõe de materiais e ambientes próprios para desenvolvimento desses educandos.

As escolas precisam estar preparadas para acolher esses discentes e não só para matricular os mesmos, mas saber acolher, ensinar e educar. Segundo Mantoan (1997, p. 121)

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A escola tem que incluir todos os alunos independentemente de raça, cor ou dificuldade só assim terá uma escola inclusiva a todos. Quando acontece a inclusão de alunos com necessidades especiais, todos ganham: os alunos especiais; os alunos que convivem com estudantes especiais, se adaptam e aprendem a conviver com as diferenças. Afinal, como bem pondera Mazzotta (2001, p.19) *apud* Sampaio (2005, p. 29):

Numa sociedade onde a crescente falta de respeito a si e ao outro se exterioriza em discriminação negativa, competição, corrupção, marginalização e exclusão; onde a solidariedade, tolerância, aceitação e cooperação têm sido atitudes raras, em suas variadas instâncias, e a ética tem sido algo cada vez mais distante e desconhecida nas relações humanas, por certo muito se espera da escola.

Portanto os professores, a coordenação e os demais funcionários que convivem com alunos especiais se tornam profissionais mais humanos e tolerantes.

MATEMÁTICA E INCLUSÃO

Educar, num contexto social, significa conceder certos meios ao sujeito para que este execute suas funções na sociedade. Este princípio contém a justificativa da grande relevância do ato de educar a todos, sem exceções. Por isso, as propostas pedagógicas e as metodologias

devem englobar todos os estudantes para que estes venham a desempenhar suas funções sociais sem maiores dificuldades.

A forma tradicional de ensinar matemática que restringia essa ciência somente a fórmulas, axiomas e postulados e que obrigava o estudante a memorizar todos os conteúdos expostos pelo professor, bem como não valorizava os conhecimentos que o aluno possuía, advindos de suas experiências fora da escola, fez com que a maioria das pessoas enxergasse a matemática como um “bicho de sete cabeças” e isso, infelizmente, perdura até os dias atuais.

Diante das complicações enfrentadas por professores e escolas para fazer com que os discentes compreendam os conceitos matemáticos, sobretudo quando se trata de alunos portadores de necessidades especiais, é imprescindível que o docente utilize métodos de ensino, isto é, fale um pouco sobre a história daquele conteúdo, qual a utilidade do mesmo, procurar induzir o raciocínio do alunado e realizar atividades que promovam a coletividade e a socialização, ou seja, métodos que motive os educandos a favor do aprendizado matemático.

Para estudantes com algum tipo de deficiência, a aprendizagem se torna uma tarefa mais difícil, inclusive a aprendizagem matemática. Essa dificuldade se deve ao fato desses alunos não conseguirem se concentrar da mesma forma que os colegas; a necessidade de atendimento especializado, no caso dos discentes com deficiência intelectual e a demanda de materiais com linguagem braile, para aqueles que possuem deficiência visual.

Para que o educando consiga realizar a relação entre o símbolo numérico e a quantidade a que este corresponde é interessante que o professor faça uso da ludicidade, ou seja, fazer uso de jogos matemáticos e brincadeiras que estimulem o raciocínio, o pensar e explorem o conceito de número, que relacione o número a algo concreto, pois relacionar símbolos com seus significados numéricos através de materiais concretos auxilia muito na aprendizagem.

Uma preocupação constante, quando falamos sobre ensino de matemática para pessoas com necessidades especiais, são os cuidados que devem ser tomados para que esse ensino obtenha êxito. Quando esses cuidados são mencionados, cita-se a estrutura física da escola que precisa ser adequada, assim como as metodologias de ensino que além de necessariamente serem as mais adequadas e que, basicamente, seriam a mediação da aprendizagem; possibilitar que o estudante gerencie sua própria aprendizagem; além de promover a inserção; precisam ser colocadas em prática de modo que proporcione aos alunos recursos didáticos que tornem possível a inclusão de todos e a igualdade entre todos.

Não resta dúvidas quanto a importância da inclusão social nas aulas de matemática. Ao se constatar isso, cabe aos estudantes de graduação ou professores de matemática, trabalharem juntos em prol de uma educação em que todos sejam incluídos e onde todos sejam tratados de

forma igualitária. Tal trabalho se realiza quando pesquisas relacionadas a integração são feitas, quando os profissionais da educação procuram saber mais sobre as diferentes deficiências e quando estes desenvolvem técnicas e metodologias que possam colocar em prática tudo aquilo que se discute sobre inclusão.

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO LÚDICO

Muitos experimentos têm demonstrado o quão fundamental são os jogos para a compreensão de conteúdos matemáticos. Os jogos são bastante válidos porque demanda coletividade, por parte dos participantes, para que o objetivo proposto seja alcançado e faz com que sempre exista diálogo e debate entre estes, como afirma KRANZ (2017, p. 1):

Envolvendo a participação de dois ou mais jogadores, com papéis interdependentes, opostos e cooperativos, o jogo com regras (aquele no qual as regras e o objetivo são fixos) é uma atividade coletiva e colaborativa. Nele, os estudantes trabalham juntos, interagindo, podendo trocar ideias, discutindo, questionando e interferindo nas jogadas dos colegas. Ou seja, os alunos estão realmente juntos, em uma relação social e pedagógica.

As atividades lúdicas possuem o poder de originar a constante interação entre aqueles que participam das mesmas e nessa constatação reside outro fator que pode ser considerado como mais um motivo para que os jogos matemáticos sejam agregados ao ensino dessa disciplina para pessoas com deficiência.

Porém, diante disso, se faz necessária uma observação: não é suficiente, para que a aprendizagem aconteça, a criança apenas estar na escola com os colegas. Para que a inteira compreensão dos conteúdos se concretize, é indispensável a atuação do professor cumprindo o seu papel de mediador das relações ali existentes, pois o educador é o responsável por conduzir, propositalmente, o processo de aprendizagem.

Outra observação importante a se fazer é que sempre deve-se ter a intenção de educar para a vida, isto é, educar de uma forma onde quem receber essa educação consiga transformar sua vida através desta. Não é interessante proporcionar educação sem almejar um objetivo, sem uma meta a ser cumprida.

Portanto, devemos sempre além de educar, tentar transformar a vida do próximo mostrando que é por meio da instrução que melhores oportunidades de emprego virão, que ele conhecerá seus direitos e, principalmente, que ele, através do conhecimento, conseguirá alcançar todos os seus objetivos. Tal fato, quando ocorre na vida de alguém com necessidades especiais, significa muito.

NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO DOS PROFESSORES

Segundo o artigo 59, da LDB (1996, p. 25), em seu capítulo V: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Portando assegura que os professores estejam preparados para receber e avaliar esses alunos, mas a realidade é distinta da lei, pois nos deparamos diariamente com professores mal preparados e, em alguns casos, desinformados, esse despreparo é ocasionado por má formação acadêmica.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC/SEESP, 1998):

Como vemos a Educação Inclusiva, sob a ótica curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais da classe, mesmo que de maneira diferente, cabendo ao educador fazer as necessárias adaptações. Essa proposta difere de práticas tradicionais, pois o educador terá que garantir o aprendizado de todos os alunos.

O professor é ferramenta chave para que aconteça inclusão, sendo ele o responsável pela inclusão desses alunos, onde um dos passos importantes de responsabilidade do educador é planejar a aula com antecedência para torna-la mais acessíveis e agradáveis. É de grande necessidade que o corpo docente busque especializações e informações com finalidade de estar preparado para incluir esses alunos na escola, sabendo recebê-los e ensiná-los.

É necessário que haja uma flexibilidade na didática para adaptação dos estudantes com necessidades especiais nas aulas de matemática, conforme cita Kaleff (2016, p. 60) quando diz que os professores têm uma função didática fundamental frente às habilidades que estão envolvidas no processo mental do aluno e de como essas habilidades estão interligadas com o surgimento de obstáculos cognitivos na construção dos conceitos e relações matemáticas.

Portanto, é crucial que o professor se conscientize de que tem o papel de ser o mediador da aprendizagem dos estudantes ali presentes e essa conscientização se torna sólida quando o docente procura identificar as dificuldades de seus alunos e busca superá-las. No caso dos estudantes com necessidades especiais, o educador deve conhecer as diferentes deficiências e os métodos mais adequados para que pessoas que possuem tal, possam compreender os assuntos estudados.

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Para o maior desenvolvimento dos estudantes, a participação dos pais na escola é de extrema relevância, pois quando o assunto diz respeito a educação, a instituição escolar e a família andam juntas em busca do mesmo objetivo. Não é diferente quando se fala de educação especial, pois é preciso, mais do que nunca, que haja uma aliança entre família e escola.

Segundo Vasconcelos (1989, p.62), cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família e muitos pais chegam a passar toda a responsabilidade para a entidade educacional. Portanto, é preciso que haja um diálogo entre a instituição de ensino e os pais, através de reuniões, por meio de atividades onde os pais também possam participar, com o intuito de conscientizar os pais que a educação começa em casa, para que ambas as partes se responsabilizem em prol de um melhor desenvolvimento da criança.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 4º.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Diante disso, percebemos que os pais não podem deixar todo o dever de educar por conta da escola, como a escola também não deve deixar por conta dos pais. É necessário um equilíbrio e um apoio entre as duas partes, ou seja, é preciso que as duas partes trabalhem juntas, mantendo uma relação afetiva e uma boa comunicação em prol do mesmo objetivo, que é a educação dos estudantes, pois, com isso, ficará mais fácil vencer as limitações do estudante. Como destaca Dias (2005, p. 210):

A família é um grupo aparentado responsável principalmente pela socialização de suas crianças e pela satisfação de necessidades básicas. Ela consiste em um aglomerado de pessoas relacionadas entre si pelo sangue, casamento, aliança ou adoção, vivendo juntas ou não por um período de tempo indefinido.

Com o envolvimento da família nas reuniões, atividades do aluno, entre outras ações, ficará mais fácil para a escola conhecer o aluno já que vai ter um suporte maior de informações vindo de terceiros, e, a partir disso, irá tornar melhor o trabalho do professor com esses alunos, pois já conseguem ter uma noção de como adaptar suas aulas para os mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta todos os impasses enfrentados diariamente em incluir alunos com necessidades especiais na sala de aula, escola e em determinadas matérias, no ensino regular, especificamente nas aulas de matemática faz-se preciso que haja uma flexibilidade maior na didática dos professores para adaptar as determinadas aulas com finalidade de incluir.

Diariamente nos deparamos com o despreparo dos funcionários da educação em geral quando o assunto é inclusão na escola, sendo necessário que todos sem exceção estejam preparados para fazer da educação mais inclusiva. Os profissionais devem buscar se aprofundar mais no assunto e é de importância que as Secretarias de Educação disponham de formações sobre a educação especial com finalidade de ajudar e solucionar as dificuldades que os professores venham a ter.

As universidades têm grande parcela de responsabilidade no relacionado a inclusão, em geral. Na sociedade, a mesma tem como obrigação formar profissionais mais tolerantes e informados. Tal formação acontece quando a entidade de ensino superior possui uma matriz curricular com disciplinas que englobem temas relacionados a inserção, quando eventos para discutir o tema são promovidos e quando os graduandos são estimulados a pesquisar e realizar experimentos sobre o tema em questão.

O trabalho apresenta um leque de possíveis maneiras para diminuição dos impasses existentes na educação inclusiva, principalmente nas aulas de matemáticas inclusas. É preciso que os professores recebam um maior apoio em formações e cursos, como também é importante que exista um vínculo entre família e escola com a finalidade de diminuir as dificuldades dos alunos. Referente às aulas de matemática, os docentes precisam inovar, deixando de lado a maneira tradicional de aplicar a matemática, como usar os jogos matemáticos, paródias, entre outras atividades e, conseqüentemente, conquistando a atenção do aluno e fazendo o mesmo aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.** (MEC/SEESP, 1998). Disponível em < <https://pedagogiaaopedaletra.com/educacao-inclusiva-adaptacoes-curriculares/>>. Acesso em 26 jul. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)**). Brasília - DF. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf> . Acesso em 26 jul. 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. [on line]. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 4°. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em 28 jul. 2018.

DIAS, Maria Luíza. **Vivendo em família**. São Paulo: Moderna, 2005.

HOLANDA. A. B. DE. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª impressão - Rio de Janeiro, 2002.

KALEFF. A. P. P. **Materiais Didáticos no ensino de Matemática para estudantes com deficiência visual**. Artigo [on line]. Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, Curitiba – PR, 2016. Disponível em: http://www.ebrapem2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/gd13_ana_koepsel.pdf. Acesso em 26 jul. 2018.

KRANZ, C. R.. **Matemática inclusiva: o desenho universal e os jogos com regras**. Disponível em: < <http://diversa.org.br/artigos/matematica-inclusiva-desenho-universal-jogos-com-regras/.htm> >. Acesso em: 23 jul. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** [on line]. Ed. Moderna, 1.ª Ed. São Paulo, 1997. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>>. Acesso em 28 jul. 2018.

RITA, C. H. **O professor e o uso de jogos em aulas de matemática**. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasexatas/files/2014/06/Cristiane-Hubert-Rita3.pdf>. Acesso em 02 ago. 2018

SAMPAIO, C. T. **Convivendo com a diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual segundo professoras de uma escola pública de ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado [on line]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade federal da Bahia. Salvador – BA, 2005. Disponível em:<https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/cristiane_sampaio.pdf>. Acesso em 31 jul. 2018 .

SANTOS, M. C. D. DOS. **Os desafios na construção de sistemas educacionais inclusivos**. Monografia [on line]. Universidade Federal do Pampa. Caçapava do Sul – RS, 2013. Disponível em < <http://diversa.org.br/artigos/os-desafios-na-construcao-de-sistemas-educacionais-inclusivos/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

VASCONCELOS. C. DOS S. **Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. [on line]. 7ª ed. São Paulo: Libertad, 1989. Disponível em: < <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/familia-x-escola-na-inclusao/56552>>. Acesso em 28 jul. 2018.